

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DO BRASIL

Class.: 21

Data 03/06/40

Pg.: _____

Costa Cavalcânti anuncia demissão de Queirós Campos da presidência da Funai

O Ministro do Interior, General Costa Cavalcânti, anunciou ontem, no Rio, a demissão do Sr. Queirós Campos, a pedido, da presidência da Fundação Nacional do Índio, e a conseqüente nomeação para o posto do General Bandeira de Melo, chefe do Serviço de Segurança e Informação do seu Ministério.

O nome do Sr. Queirós Campos vem sendo relacionado há dias em denúncias de corrupção na Funai, atingindo inclusive sua irmã Cecília Campos, encarregada da cantina da ilha do Bananal e responsabilizada pelo contrabando de carne de gado indígena.

IRRITAÇÃO

— Graças a Deus ninguém na Europa me perguntou sobre genocídio de índios. Tive diversas entrevistas coletivas e ninguém me tocou no assunto — disse o Ministro Costa Cavalcânti, ao revelar o pedido de demissão do Sr. Queirós Campos, já que a entrevista se destinava a tratar de problemas da seca no Nordes-

te e da viagem ministerial à Europa e ao Oriente Médio.

Ontem o Sr. Costa Cavalcânti recebeu o anteprojeto do Estatuto do Índio, de autoria do jurista Themistócles Cavalcânti, e o levará no fim de semana ao Presidente Médici, devendo sugerir pareceres prévios do Ministro da Justiça e do Chefe da Casa Civil.

Pedido para sair tem alegação de cansaço

O ex-presidente da Funai, Sr. Queirós Campos, recusou-se ontem a falar sobre os inquéritos que denunciam corrupção em sua administração, e afirmou que pediu demissão "porque não tinha mais condições, estava cansado depois de 28 meses de trabalho na Funai."

Disse apenas que pretende voltar a trabalhar como jornalista depois que tirar férias, "pois não é brincadeira ficar sob o fogo da imprensa internacional durante todo este tempo". Para ele, sua maior vitória foi justamente "fazer

ver ao mundo que não há genocídio de índios no Brasil."

O Sr. Queirós Campos chegou ao Rio ontem pela manhã, vindo de Brasília, e encontrou-se com o Ministro do Interior à tarde, apresentando sua demissão, que foi logo aceita pelo Sr. Costa Cavalcânti.

Jornalista há 32 anos, Queirós Campos foi secretário do O Jornal e cronista parlamentar durante muitos anos. Agora volta ao trabalho sem saber o que fará: "Vou me apresentar na redação e esperar que me deem uma tarefa," afirmou.

Fundação daria terra de mil a dois índios

Brasília (Sucursal) — O Deputado Batista Miranda (Arena-MG) acusou, ontem, na Câmara, a Fundação Nacional do Índio da prática de irregularidades no interior mineiro, despejando mais de mil pessoas no Município de Resplendor, para destinar a dois índios, área superior a 800 alqueires.

O Deputado fez um apelo ao Ministro do Interior, Sr. Costa Cavalcânti, para que determine a sustação da medida judicial, até o esclarecimento dos propósitos da Funai, adotando, igualmente, providências para resguardar os direitos dos atuais moradores daquela região.

DENONCIA

O Sr. Batista Miranda leu o memorial assinado por aqueles que estão sendo despejados, no Conselho Superior Federal de Resplendor, São João Proprietária, de propriedade de agricultores, com colônias e agregados que, com suas famílias, têm o prazo de 30 dias para desocuparem as áreas.

O Posto Indígena local já

mais ocupou área superior a 13 alqueires, em que se encontra sua sede, "onde se acham os dois índios remanescentes, das tribos da região", diz o documento.

— A área total do terreno é de aproximadamente 800 alqueires, em pastagens e terras de cultura, onde não há índios e onde o antigo Serviço de Proteção aos Índios, de que a Funai é substituta, jamais executou serviços de qualquer natureza. Desse total, o Posto Indígena sempre utilizou apenas 13 alqueires. Agora, inexplicavelmente, quer a área toda, tachando os primitivos agricultores, que desbravaram e cultivaram a área, de invasores.

Depois de acusar a Funai de agir de má fé, o memorial assinado:

— As tribos Orenagues e Polijas estão praticamente extintas, reduzidas a dois índios, já bastante idosos. Dezotto outros índios foram trazidos da Amazônia, da Ilha do Bananal e de outras regiões longínquas para justificar, aos olhos do Governo e do povo, o desumano despejo de agricultores.